

SEÇÃO IV – OPINIÃO

CONFERÊNCIA

A COVARDIA É A MÃE DA CRUELDADE

UFPR – Curitiba, 21 de maio de 2018⁹⁷

Marilena Chauí⁹⁸

I

O título desta conferência é o de um ensaio de Montaigne.

Inimigo da tirania, nesse ensaio, Montaigne indaga o que torna um ser humano cruel e responde: a covardia. Esta, explica o filósofo, nasce do medo do outro que, por isso, deve ser eliminado de maneira feroz. O covarde é impulsionado pelo temor de que o outro, sendo melhor do que ele e corajoso, possa vencê-lo e por isso é preciso exterminá-lo, seja fisicamente, seja moralmente, seja politicamente. O exemplo oferecido por Montaigne é o de Sócrates, que, em sua incansável busca da verdade e da justiça, enfrentou com coragem um tribunal que dele tinha medo e por isso o condenou à morte. O cruel, escreve Montaigne em outro ensaio, é um mentiroso porque se apresenta com a máscara da coragem quando, na verdade, habitado pelo medo, é movido pela cólera e não há nada pior para uma sociedade do que um juiz cruel e colérico, pois não julga segundo a lei e sim segundo seu medo e, por isso, os cidadãos, únicos guardiões das leis, precisam afasta-lo, se desejarem cortar o mal pela raiz.

Um dos contrapontos mais belos ao ensaio contra a covardia e a crueldade, é aquele sobre a amizade, que Montaigne dedicou à memória de seu amigo, Ettiénne de La Boétie, que morreu prematuramente e que, como Montaigne, se erguera contra a tirania, escrevendo um texto conhecido como *Discurso da servidão voluntária* no qual reencontramos a figura do tirano como covarde e cruel.

O *Discurso da servidão voluntária*, como seu título indica, debruça-se sobre um enigma: como os homens, seres que a Natureza fez livres, usaram a liberdade para destruí-la? Como é possível uma servidão que seja voluntária? De fato, escreve La Boétie, servidão voluntária é alguma coisa que a Natureza, ministra de Deus e boa governante de todas as coisas, se recusou a ter feito. Mais do que isso. Servidão voluntária é algo que a própria

⁹⁷ Este texto resulta da transcrição de conferência realizada na data mencionada, em aula especial pública do Curso sobre o Golpe de 2016, e revista pela autora, preservando, porém, um estilo verbal.

⁹⁸ Professora Emérita (USP). Pós-Doutora (BNP – Paris). *E mail:* chauí@usp.br

linguagem se recusa a nomear, pois essa expressão é uma contradição em seus termos, uma vez que vontade livre e servidão são opostas e contrárias: toda vontade é livre e só há servos por coerção ou contra a vontade, coisa de que até os animais dão prova. O enigma, portanto, é duplo: como homens livres se dispuseram livremente a servir e como a servidão pode ser voluntária?

Para responder a essa interrogação e decifrar esse duplo enigma, La Boétie começa falando em infortúnio. Foi por infortúnio, por um acaso perverso, que os humanos se desnaturaram, isto é, perderam a liberdade natural e escolheram ter um senhor, acostumando-se a servi-lo. Desaparecido o amor da liberdade e enraizada a “obstinada vontade de servir”, os humanos desaprenderam de ser livres. Por que isso ocorreu por infortúnio? Porque, escreve La Boétie, por natureza somos todos livres, iguais e companheiros, com o dom da fala e do pensamento para nos reconhecermos uns aos outros e para que, declarando nossos pensamentos e sentimentos, possamos criar a comunhão de ideias e afetos; portanto, se somos servos, não o somos por obra da natureza, mas por obra do acaso. Que infortúnio foi esse que nos desnaturou a tal ponto que já nem nos lembramos de que um dia fomos livres e iguais e que nos governarmos a nós mesmos numa sociedade igualitária e livre?

Uma primeira resposta pode ser encontrada na origem da tirania. O infortúnio aconteceu no momento em que, por imprudência, os homens elegeram um senhor, que se tornaria tirano, ou no momento em que, vencidos pela força, foram conquistados pelas armas de um tirano. La Boétie afirma haver três tipos de tiranos -- por eleição, por conquista e por hereditariedade --, mas que, embora diferentes as maneiras de chegar ao poder, é “sempre a mesma a maneira de reinar”. Ou seja, o tirano não é aquele que exerce um poder excessivo e ilegítimo, mas simplesmente aquele que exerce o poder quando os homens escolheram ou aceitaram um poder que se situa fora e acima da sociedade e que alguém o exerça porque escolhido para exercê-lo. Ora, ainda que diferentes as maneiras de um tirano chegar ao poder, é idêntica sua maneira de governar. Por que não há diferença na maneira de governar? Porque o eleito se comporta como um conquistador e o conquistador, como se tivesse sido eleito, e ambos trabalham para assegurar a hereditariedade do poder, que por isso aparecerá como algo natural, como se tivesse existido desde sempre, por Natureza. Ora, se a maneira de reinar é sempre a mesma, não basta referir a causa da tirania ao que teria ocorrido no momento de sua gênese, pois mesmo que suba ao poder num momento de infortúnio, o tirano nele se conserva por consentimento voluntário dos tiranizados. Se o infortúnio pode explicar o advento da tirania, não pode explicar sua conservação e, dessa maneira, estamos de volta ao nosso enigma inicial: como é possível a servidão voluntária?

La Boétie procura, então, nova resposta. Se, por natureza, os homens são livres e servem somente a si mesmos, servindo à razão, a servidão só pode explicada pela coação ou pela ilusão. Por coação: os homens são forçados, contra a vontade, a servir ao mais forte. Por ilusão: os homens são iludidos por palavras e gestos de um outro, que lhes promete bens e liberdade, submetendo-os ao iludi-los. Novamente, porém, a resposta não é satisfatória, pois, como anteriormente, a coação e a ilusão podem explicar porque um tirano sobe ao poder, mas não podem explicar porque ele assim se conserva. La Boétie sugere, então, que poderia encontrar a boa resposta se disser que a tirania se conserva pela força do costume. O costume é uma segunda natureza e os humanos, inicialmente coagidos pela força ou inicialmente iludidos pela sedução, se acostumam a servir e criam seus filhos alimentando-os no leite da servidão; por isso os que nascem sob a tirania não a percebem como servidão e servem voluntariamente, pois ignoram a liberdade. O costume, portanto, é o que nos ensina a servir.

Ora, qual o engano dessa argumentação que parece tão coerente? O engano está em supor que o costume possa ser mais forte do que a natureza e apagá-la. A prova de que isso é falso, escreve La Boétie, está no grande número de exemplos históricos de povos e indivíduos que lutaram para recobrar a liberdade perdida. É preciso, portanto, recomeçar a busca da resposta para explicar de onde o poder tirânico encontra força para se conservar e de onde vem o desejo de servir. É preciso saber porque e como os homens *agem* para sua própria servidão.

A força do tirano, explica La Boétie, não está onde imaginamos encontrá-la: nas fortalezas que o cercam e nas armas que o protegem. Pelo contrário, se precisa de fortalezas e armas, se teme a rua e o palácio, é porque é covarde, sente-se ameaçado e precisa exibir signos de força ou atos de crueldade. Fisicamente, um tirano é um homem como outro qualquer -- tem dois olhos, duas mãos, uma boca, dois pés, dois ouvidos; moralmente, é um covarde, prova disso estando na exibição dos signos de força e nos atos de crueldade. Se assim é, de onde vem seu poder, tão grande que ninguém pensa em dar fim à tirania? Responde La Boétie: sua força vem da ampliação colossal de seu corpo físico por meio de seu corpo político, que dá lhe mil olhos e mil ouvidos para espionar, mil mãos para espoliar e esganar, mil pés para esmagar e pisotear. O corpo físico do tirano não é ampliado apenas pelo corpo político como corpo de um colosso, também sua alma é ampliada por meio das falsas leis, que lhe permitem distribuir favores e privilégios e seduzir os incautos para que vivam à sua volta para satisfazê-lo a todo instante e a qualquer custo.

Entretanto, é preciso perguntar: quem lhe dá esse corpo político gigantesco, sedutor e malévolos? A resposta é imediata: somos nós quem lhe damos nossos olhos e ouvidos, nossas

mãos e nossos pés, nossas bocas, nossos bens e nossos filhos, nossas almas, nossa honra, nosso sangue e nossas vidas para alimentá-lo e aumentar-lhe o poder com que nos destrói.

Mas se assim é, como derrubá-lo e reconquistar a liberdade? Responde La Boétie: não é preciso lutar contra ele, basta não lhe dar o que nos pede; se não lhe dermos nossos corpos e nossas almas, ele cairá. Basta não querer servi-lo e ele tombará.

Mas, se é tão clara a resposta, maior então é o enigma da servidão voluntária, pois se é coisa fácil derrubar a tirania é preciso indagar por que servimos voluntariamente ao que nos destrói. A resposta de La Boétie é terrível: consentimos em servir porque também esperamos ser servidos. Servimos ao tirano porque somos tiranetes: cada um serve ao tirano porque deseja ser servido pelos demais que lhe estão abaixo; cada um dá os bens e a vida ao tirano porque deseja apossar-se dos bens e das vidas dos que lhe estão abaixo. A servidão é voluntária porque há *desejo de servir*, há desejo de servir porque há *desejo de poder* e há desejo de poder porque a tirania habita cada um de nós e institui uma *sociedade tirânica*, ou seja, a tirania não se encontra no topo do social, mas espalhada por ele e a crueldade se espalha por toda parte. A covardia se manifesta na crueldade física, psicológica, moral e política com que cada um deseja esmagar e exterminar quem recusa a tirania.

Deixemos a Maquiavel a explicação da origem da sociedade tirânica. Toda sociedade, diz ele, é atravessada por dois desejos opostos: o desejo dos grandes de comandar e oprimir e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado. Os grandes desejam posses e bens; o povo deseja segurança e liberdade. Numa sociedade tirânica, o poder se distancia do desejo do povo e se une ao desejo dos grandes, seduzindo e iludindo o povo para que esqueça seu desejo de liberdade e entre em servidão voluntária.

À sociedade tirânica, eu gostaria, agora, de contrapor a sociedade democrática.

II

Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como *regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais*. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam liberdade e competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade se reduz à competição econômica da chamada “livre iniciativa” e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo, que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político; em terceiro, que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais, impedindo sua explicitação e seu desenvolvimento por meio da repressão; e, em quarto lugar, a democracia é encarada pelo critério da *eficácia*, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissionais, e, no plano do poder executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado.

A democracia é, assim, reduzida a um *regime político eficaz*, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais.

Entretanto, há, na prática democrática e nas ideias democráticas, uma profundidade e uma verdade muito maiores e superiores ao que liberalismo e a ciência política percebem e deixam perceber. Na verdade, a democracia ultrapassa a simples ideia de um regime político identificado à forma do governo e devemos toma-la como forma geral de uma sociedade - podemos falar em *sociedade democrática*, ou seja, é o único regime político que é também a forma social da existência coletiva. Dizemos que uma sociedade é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, afirma a legitimidade dos conflitos, afirma o caráter popular do poder, isto é, a soberania política pertence aos cidadãos, de tal maneira que o governante nunca se identifica com o poder, ocupado por ele por um mandato da cidadania. Sobretudo, uma sociedade é democrática quando institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como um poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes.

A dimensão criadora própria da democracia torna-se visível quando consideramos os três grandes direitos que a definiram desde sua origem, isto é, a igualdade, a liberdade e a participação nas decisões, pois esses direitos deixam exposta a contradição que atravessa a sociedade a partir do momento em que esses direitos são declarados e considerados *universais*. A contradição consiste no fato de que nas sociedades de classes as declarações de direitos *afirmam mais* do que a ordem estabelecida permite e *afirmam menos* do que os direitos exigem, e essa discrepância abre uma brecha para pensarmos a dimensão democrático-revolucionária dos direitos. Em outras palavras, os direitos não são uma dádiva e sim uma conquista.

III

Em contraponto à sociedade democrática, encontra-se a sociedade tirânica, violenta e autoritária. Disso o Brasil é um exemplo perfeito, no qual a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viola interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetua a crueldade nas relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural.

De fato, conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades, que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que julgam iguais, são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Há, assim, a naturalização das desigualdades econômicas e sociais, do mesmo modo que há naturalização das diferenças étnicas (consideradas desigualdades raciais entre superiores e inferiores), religiosas e de gênero, bem como naturalização de todas formas visíveis e invisíveis de violência.

Nossa sociedade concebe a cidadania com privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidirem. Pelo mesmo motivo, no caso das camadas populares, os

direitos, em lugar de aparecerem como conquistas dos movimentos sociais organizados, são sempre apresentados como concessão e outorga feitas pelo Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante.

Nela, as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres concretos e compreensíveis para todos. Para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. A lei não figura o polo público do poder e da regulação dos conflitos, nunca define direitos e deveres dos cidadãos porque, em nosso país, a tarefa da lei é a conservação de privilégios e o exercício da repressão. Por este motivo, as leis aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para serem transgredidas e não para serem transformadas – situação violenta que é miticamente transformada num traço positivo, quando a transgressão é elogiada como “o jeitinho brasileiro”.

Em nossa sociedade, não existem nem a ideia nem a prática da representação política autêntica. Os partidos políticos tendem a ser clubes privados das oligarquias locais e regionais, sempre tomam a forma clientelística na qual a relação é de tutela e de favor. É uma sociedade, conseqüentemente, na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, pois é definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado (isto é, dos interesses econômicos dos dominantes). A indistinção entre o público e o privado não é uma falha acidental que podemos corrigir, pois é a *estrutura do campo social e do campo político que se encontra determinada por essa indistinção*.

As disputas pela posse da terra cultivada ou cultivável são resolvidas pelas armas e pelos assassinatos clandestinos. As desigualdades econômicas atingem a proporção do genocídio. Os negros são considerados infantis, ignorantes, safados, indolentes, raça inferior e perigosa, tanto assim, que uma inscrição gravada até há pouco tempo na entrada da Escola de Polícia de São Paulo dizia: "Um negro parado é suspeito; correndo, é culpado". Os índios, em fase final de extermínio, são considerados irresponsáveis (isto é, incapazes de cidadania), preguiçosos (isto é, mal-adaptáveis ao mercado de trabalho capitalista), perigosos, devendo ser exterminados ou, então, "civilizados" (isto é, entregues à sanha do mercado de compra e venda de mão-de-obra, mas sem garantias trabalhistas porque "irresponsáveis"). Os trabalhadores rurais e urbanos são considerados ignorantes, atrasados e perigosos, estando a polícia autorizada a parar qualquer trabalhador nas ruas, exigir a carteira de trabalho e prendê-lo "para averiguação", caso não esteja carregando identificação profissional (se for negro, além de carteira de trabalho, a polícia está autorizada a examinar-lhe as mãos para verificar se apresentam "sinais de trabalho" e a prendê-lo caso não encontre os supostos "sinais"). Há

casos de mulheres que recorrem à Justiça por espancamento ou estupro, e são violentadas nas delegacias de polícia, sendo ali novamente espancadas e estupradas pelas “forças da ordem”. Isto para não falarmos da tortura, nas prisões, de homossexuais, prostitutas e pequenos criminosos. Numa palavra, as classes populares carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes.

Social e economicamente a divisão social entre os grandes e o povo aparece na polarização entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes, consolidando uma estrutura tirânica que bloqueia a instituição e a consolidação de uma sociedade democrática. De fato, fundada na noção de direitos, a democracia está apta a diferenciá-los de *privilégios* e *carências*. Um privilégio é, por definição, algo particular que não pode generalizar-se nem universalizar-se sem deixar de ser privilégio. Uma carência é uma falta também particular ou específica que se exprime numa demanda também particular ou específica, não conseguindo generalizar-se nem universalizar-se. Um direito, ao contrário de carências e privilégios, não é particular e específico, mas geral e universal, seja porque é o mesmo e válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais, seja porque embora diferenciado é reconhecido por todos (como é caso dos chamados direitos das minorias). Assim, a polarização econômico-social entre a carência e o privilégio firma os alicerces da sociedade tirânica e se ergue como obstáculo à instituição de direitos, definidora da sociedade democrática. A estrutura violenta de nossa sociedade explica a velocidade e a facilidade da adesão atual ao neoliberalismo.

IV

A economia política neoliberal, projetada em 1947 e posta em prática nos meados dos anos 1970, foi elaborada em oposição à política do Estado de Bem-Estar Social, centrado nos programas de transferência da renda por meio de programas nascidos das lutas populares por direitos ou de criação dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais por intermédio da aplicação dos fundos públicos, conquistados pela classe trabalhadora. Contra essa conquista sócio-política popular, o programa neoliberal propõe: 1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos sociais e populares, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente a aplicação dos fundos públicos nos encargos sociais e nos investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deve ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrassem o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realize uma

reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduza os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afaste da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, opere a desregulação com uma drástica legislação anti-greve e um vasto programa de privatização. Como se pode observar, o núcleo do neoliberalismo consiste em alargar o espaço privado dos interesses de mercado e encolher o espaço público dos direitos, ou seja, faz desaparecer a ideia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos ao privatizar os direitos ao transforma-los em serviços privados regulados pelo mercado;

O programa neoliberal exprime a mudança profunda na forma do capitalismo, conhecida como globalização ou acumulação flexível do capital. Seus traços principais podem ser assim resumidos:

1. o capital financeiro tornara-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo. O poderio do capital financeiro determina, diariamente, as políticas dos vários Estados porque estes, sobretudo os Terceiro Mundo, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outro. A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo em que um Estado Nacional se apossava econômica, política e culturalmente de outro como colônia. Agora, um grupo econômico ocupa militarmente um território delimitado por um tempo também delimitado, realiza a devastação econômica desse território e, então, o desocupa. Essa ação se chama operação, termo vindo do vocabulário militar;

2. o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se no FMI e no Banco Mundial, de maneira que as decisões econômicas e políticas são tomadas em organismos supra-nacionais (detentores do poder mundial), com os quais os Estados contraem dívidas *públicas*, isto é, os cidadãos devem pagar para que seus governos cumpram as exigências desses organismos (a maioria deles, privados), os quais operam com base no segredo e interferem nas decisões de governos eleitos, os quais deixam de representar os cidadãos e passam a gerir a vontade secreta desses organismos;

3. o desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão. Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também

pela velocidade da rotatividade da mão-de-obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. O trabalho é precarizado;

4. a terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção porque, agora, a produção não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção - da aquisição da matéria prima à distribuição dos produtos -, mas adota o chamado toyotismo, que opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro. Como consequência, desaparecem todos os referenciais materiais que permitiam à classe trabalhadora perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta;

5. a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade por que se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação. Eis porque se fala, hoje, em *sociedade do conhecimento* e em *trabalho imaterial* para indicar que os conhecimentos técnico-científicos são a força produtiva e a informação é o núcleo do poder do capital financeiro;

O neoliberalismo é totalitário. Por quê? Porque em seu núcleo encontra-se o primeiro traço definidor do totalitarismo, qual seja, recusar a especificidade das diferentes instituições sociais e políticas para torna-las homogêneas. O neoliberalismo torna as instituições sociais, políticas e culturais homogêneas porque não as toma como instituições, mas como organizações e define todas elas como *empresas*: a fábrica é uma empresa, a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa. Não só isso. Define o Estado como empresa e apresenta pomposamente o governante como *gestor*, ou, em linguagem menos pomposa, como *gerente do pedaço*. Mais ainda: o direito de matar, monopólio do Estado (como dissera Weber), se transfere para empresas privadas de segurança e paramilitares para extermínio de populações inteiras. Do ponto de vista da ideologia, além da recusa da existência das classes sociais e afirmação apenas da existência de indivíduos, ainda define este último como capital humano ou *empresário de si mesmo*, destinado à competição mortal em todas as organizações, interiorizando o princípio universal da concorrência. A essa luta mortal entre os indivíduos dá o nome de *meritocracia*. Desta decorre, como consequência, a inculcação da culpa naqueles

que não vencem a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, dirigidas aos competidores, isto é, aos outros trabalhadores quando migrantes, imigrantes, etnicamente “inferiores” e “preguiçosos”, sexualmente “perversos”, etc. A meritocracia é duplamente fantasmática: em primeiro lugar, porque cria o fantasma do vencedor a qualquer custo e, em segundo lugar, porque cria o fantasma do perdedor como inimigo, como o “outro” a ser exterminado.

Assim, não surpreende que uma sociedade como a brasileira, fundada na polarização entre a carência absoluta das classes populares e os privilégios absolutos da classe dominante, tenha aderido ao neoliberalismo como forma superior de vida.

O terrível, porém, é que essa adesão nunca é explicitamente formulada, mas se oferece sob a forma da *mentira política*, da qual a meritocracia, os preconceitos de classe e sexuais, o racismo e o pisoteio das leis são casos exemplares. O que é a mentira política? Deixemos a palavra a Hannah Arendt: “a negação deliberada da verdade dos fatos – isto é, a capacidade de mentir – e a faculdade de mudar os fatos – isto é, a capacidade de agir – estão interligadas”, e, prossegue ela,

a veracidade dos fatos nunca é forçosamente verdadeira. Os historiadores sabem como é vulnerável a textura dos fatos na qual passamos nossa vida cotidiana e está sempre em perigo de ser perfurada por mentiras comuns ou ser esfaçalhada pela mentira organizada de grupos, classes ou nações, de ser negada e distorcida, muitas vezes encoberta cuidadosamente por camadas de falsidade, ou ser simplesmente deixada cair no esquecimento. Os fatos necessitam de testemunho para serem lembrados e de testemunhas de confiança para se estabelecerem, para que possam encontrar um abrigo seguro no campo dos assuntos humanos ... é esta fragilidade que torna o embuste tão fácil e tão tentador ... O mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que a platéia espera ouvir. Ele prepara sua história com muito cuidado para consumo público, de modo a torná-la crível, já que a realidade tem o desconcertante hábito de nos defrontar com o inesperado para o qual não estamos preparados. (ARENDR, 1999, p. 15)

Se Arendt nos explica porque a mentira é possível, resta ainda indagar: o que torna a mentira convincente? Como observa Christopher Lasch, em *A Cultura do Narcisismo*, os meios de comunicação tornaram irrelevantes as categorias da verdade e da falsidade substituindo-as pelas noções de credibilidade ou plausibilidade e confiabilidade – para que algo seja aceito como real basta que apareça como crível ou plausível, ou como oferecido por alguém confiável. Os fatos cedem lugar a declarações de “personalidades autorizadas” e de

“formadores de opinião”, que não transmitem informações, mas preferências e preconceitos, que se convertem imediatamente em propaganda.

A nós, que desejamos o fim da tirania, cabe lutar contra a crueldade lutando contra a servidão voluntária, isto é, contra a covardia e a mentira.

OBRAS REFERENCIADAS

ARENDR, H. A mentira na política, in **Crises da república**. Trad. José Volkmann. SP: Perspectiva, 1999

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. Comentários: Claude Lefort, Pierre Clastres e Marilena Chauí; 2ª Edição. SP : Brasiliense, 1982

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Col. Logoteca. SP: Imago, 1983

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe e Dez cartas**. Brasília : EdUNB, 1989

MONTAIGNE, M. A covardia é a mãe da crueldade, in **Ensaio**. Tradução de Sérgio Milliet. Coleção Os Pensadores. SP : Abril, 1972, págs. 321 a 324.

Recebido: agosto/2018

Aprovado: setembro/2018